

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: UM ESTUDO NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA-PB

J. P. OLIVEIRA^{1*}; I. N. FREITAS¹, W. R. M. NOBREGA¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹

jaianepadilha5@gmail.com*

Submetido 21/02/2018 - Aceito 12/11/2018

DOI: 10.15628/holos.2018.6971

RESUMO

O fluxo turístico em unidades de conservação vem se intensificando cada vez mais. Isso ocorre porque as pessoas passaram a procurar destinos mais próximos à natureza com a pretensão de se desconectar do dia a dia agitado das grandes cidades. Tendo em vista que o turismo usa o meio ambiente para se desenvolver, é relevante que haja envolvimento da comunidade local no desenvolvimento da atividade, no intuito de se buscar avanços econômicos, melhorias sociais e conservação do meio ambiente. Nesse contexto, o objetivo da presente pesquisa é analisar como a comunidade local da cidade Passa e Fica-RN participa no desenvolvimento do turismo no entorno do Parque Estadual da Pedra da Boca-PB. Com o propósito de alcançar este objetivo, foi usada como metodologia a abordagem qualitativa, de

caráter exploratório e descritivo, além da realização das pesquisas bibliográfica e eletrônica e de campo. A análise dos dados coletados em campo foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). Como resultados, verificou-se que uma pequena parcela da população local atua diretamente na atividade turística, e isso se dá por meio de atividades comerciais. Constatou-se também que os entrevistados tendem a perceber apenas os pontos positivos do turismo, destacando principalmente o desenvolvimento econômico, bem como percebem a relação do parque com o desenvolvimento do município, também pelo viés do turismo, como gerador de benefícios econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Unidades de conservação, Participação comunitária, Desenvolvimento.

COMMUNITY PARTICIPATION IN THE DEVELOPMENT OF TOURISM: A STUDY IN THE STATE PARK OF PEDRA DA BOCA-PB

ABSTRACT

The tourist flow in conservation units is intensifying more and more, this is because people started to look for destinations closer to nature with the pretension of disconnecting from the hectic day to day of the big cities. Given that tourism uses the environment to develop, it is important that the local community is involved in the development of the activity, in order to seek economic advances, social improvements, and conservation of the environment. In this context, the objective is analyze how the local community of the city Passa e Fica- RN participate of tourism development around the Parque Estadual da Pedra da Boca - PB. In order to achieve this objective, was used as methodology the qualitative

approach, of character exploratory and descriptive. In addition, bibliographical and electronic research was carried out, as well as field research. The analysis of the data collected in the field was made based on the technique of content analysis of Bardin (2011). As results it was verified that a small part of the local population acts directly in the tourist activity, and this is done through commercial activities. It was also noticed that the interviewees tend to perceive only the positive points of tourism, highlighting mainly the economic development, as well as perceive the relationship of the park with the development of the municipality also by the tourism bias as a generator of economic benefits.

KEYWORDS: Tourism, Conservation units, Community participation, Development.

1. INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno social que se traduz no deslocamento de pessoas para lugares diferentes do seu habitual, com o intuito, muitas vezes, de vivenciar momentos de lazer e descanso. Dessa forma, Uriely (2005) ressalta que é comum a experiência turística impor uma distinção com a realidade vivida no cotidiano. Assim, entende-se que praticar turismo implica deslocamento para lugares não habituais e realização de atividade que não são rotineiras.

Segundo Irving (2015, p.51) “o turismo constitui fenômeno complexo e plural da contemporaneidade e traduz, cada vez mais, as representações de mundo e os modos de viver e existir em sociedade”. Para autora, o turismo vai além do discurso simplista que o descreve. Ele transcende o aspecto econômico e pode ser uma via potencial de transformações sociais. Dessa forma, compreender o turismo apenas pelo viés economicista de mercado é uma forma reducionista de abordar esse fenômeno. (IRVING, 2015).

O fenômeno turístico ganhou grandes proporções em todo mundo, de tal forma que atualmente se apresenta como uma das atividades do setor de serviços que mais cresce e gera divisas. Ao passo que os processos de urbanização e globalização se intensificaram em todo o globo, as pessoas passaram a procurar, através da atividade turística, destinos que fossem mais próximos à natureza com a pretensão de se desconectar do dia a dia agitado das grandes cidades.

No que tange o desenvolvimento da atividade turística em meio natural tem-se como palco para esse prática as áreas naturais protegidas, no Brasil, denominadas como Unidades de Conservação (UC). Sendo o meio ambiente, principalmente a paisagem, o principal recurso explorado/comercializado pela atividade turística, concordar-se com o pensamento de Lima e Marques Júnior (2007, p.162), os quais afirmam que a atividade turística “trata-se de um fenômeno que deveria preocupar-se com o desenvolvimento sustentado, porque depende intrinsecamente dos recursos da natureza e da herança cultural da sociedade”.

O turismo, independente do segmento, gera impactos ao meio em que é realizado, por isso, no caso da prática turística em UC's, requer-se mais atenção e cuidado com os possíveis impactos derivados da atividade. Segundo Xavier (2007, p.25):

O turismo, como qualquer outra atividade humana, vem gerando impactos de ordem social, cultural e ecológica, transformando paisagens e culturas em mercadorias, produzindo apropriação dos lugares pelo capital e excluindo do processo turístico camadas da população de menor poder aquisitivo.

Conforme observado pelo autor acima citado, além dos impactos ao meio ambiente natural, o turismo também pode ocasionar conflitos sociais e nesse ponto ressalta-se os impactos ocasionados a comunidade local como, por exemplo, mudança na dinâmica de vida das pessoas, perda de traços culturais, violência, prostituição, etc.

Tendo em vista que o turismo faz uso do espaço para desenvolver-se, espaço este que pertence primeiramente às pessoas que ali habitam, é fundamental haver envolvimento dessas pessoas “proprietárias do território” com a atividade, bem como com os turistas. O ideal seria que houvesse integração dos três principais atores da atividade turística (poder público, iniciativa privada e comunidade), e que os interesses da comunidade acerca do que se espera do desenvolvimento da atividade turística fossem ouvidos e considerados no momento de elaboração de projetos para as localidades.

Apresentada a importância da participação comunitária no turismo, principalmente em UC's e, sabendo-se que essa não é uma proposta de fácil e rápida execução, além de não ser do interesse de muitos gestores, este trabalho pretendeu responder o seguinte questionamento: como a comunidade local do município de Passa e Fica-RN participa no desenvolvimento do turismo no entorno do Parque Estadual da Pedra da Boca-PB?

Assim, o estudo tem como objetivo analisar como a comunidade local da cidade Passa e Fica/RN participa no desenvolvimento do turismo no entorno do Parque Estadual da Pedra da Boca-PB. Para atingir o propósito desta pesquisa, delineou-se os seguintes objetivos intermediários: verificar em quais atividades (*comerciais*) relacionadas ao turismo a comunidade está envolvida; conhecer a percepção da comunidade local acerca do turismo (benefícios e malefícios); e identificar como a comunidade entende a relação do Parque Estadual da Pedra da Boca-PB com o desenvolvimento do município.

A fim de alcançar os objetivos propostos nesse trabalho, usou-se como metodologia a abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Realizou-se pesquisa bibliográfica e eletrônica, bem como pesquisa de campo, na qual foram entrevistados moradores locais que atuam diretamente na atividade turística (empresários locais) e também aqueles que não possuem contato direto com o turismo. A análise dos dados coletados em campo foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011).

Tal pesquisa torna-se relevante, pois se buscou apresentar a visão da comunidade sobre a atividade turística, o que ela entende e como interpreta a relação da UC com o desenvolvimento turístico da localidade, o que ainda não é muito explorado no meio acadêmico. Percebe-se que existe uma preocupação em apresentar estudos sobre políticas públicas, impactos ambientais relacionados ao turismo em UC's, no entanto, o foco na comunidade local ainda é algo pouco debatido academicamente e, por vezes, deixado em segundo plano pelos gestores públicos.

Sendo assim, na sequência, serão apresentados conceitos e pensamentos de teóricos sobre as temáticas de planejamento participativo e participação comunitária em unidades de conservação e desenvolvimento local. Adiante, apresenta-se os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos, bem como os resultados encontrados.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Turismo e participação comunitária

O planejamento participativo, como o próprio nome sugere, é a forma de planejar em

que há participação de mais de um agente envolvido na atividade que se planeja. No caso do turismo, planejamento participativo é que aquele que busca equilibrar os interesses dos três principais atores envolvidos diretamente na atividade turística, que são o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local. Segundo a autora Barretto (2005, p.41)

Planejar turismo significa planejar para todos os envolvidos no fenômeno: os que realizam turismo (os turistas)- que são pessoas que muitas vezes sonharam a vida inteira com essa viagem-, os empresários que a comercializam, os que atendem às diversas instalações no local, como os funcionários desses estabelecimentos, sem esquecer os moradores locais que não estão ligados à atividade turística, mas que compartilham o espaço físico e social com os visitantes e o próprio espaço físico, que tem uma capacidade limitada.

Concordando com a perspectiva de Barretto (2005) e sendo o turismo uma atividade que essencialmente faz uso do espaço para desenvolver-se, inserir a comunidade local dos destinos turísticos no planejamento da atividade se tornou uma das premissas básicas para se desenvolver o turismo com bases sustentáveis. Essa linha de pensamento se fundamenta no pressuposto de que a atividade turística tende a ocasionar mais benefícios quando a comunidade tem seus interesses contemplados no desenvolvimento da atividade. Nesse sentido, os autores Cabral e Cyrillo (2008, p.5) pontuam como elemento importante o fato de que “os moradores locais tenham um olhar participativo no processo de desenvolvimento da atividade junto ao órgão público, dando assim seu parecer no que tange às influências que os turistas e o turismo em si podem trazer para o núcleo receptor”.

No meio acadêmico, tem-se notado uma pequena tendência dos pesquisadores em abordar o fenômeno turístico através do viés social, ou seja, busca-se o entendimento de como a comunidade local interpreta e participa do turismo em sua localidade. Apesar da realização de alguns estudos acadêmicos sobre planejamento participativo, na realidade pouco é posto em prática. São incipientes os casos de turismo realizado por meio do planejamento participativo. Sobre isso, Figueiredo e Nóbrega (2015, p.33) citam como exemplo o caso Amazônico. Segundo eles:

As experiências participativas, por exemplo, ganharam terreno na maioria das políticas públicas e nos projetos governamentais a partir da Constituição de 1988, além de alguns avanços na consulta popular sobre grandes empreendimentos de grandes impactos, como obras hidrelétricas, empresas de extração de minerais e agropecuárias, que conflitam nos padrões Amazônicos e modos de vida relacionados às populações tradicionais rurais, mesmo com a crescente urbanização

da Região [...].

Como se pode observar, no Brasil, os processos participativos ainda estão em fase de amadurecimento, por isso, é possível encontrar, por exemplo, alguns planos e projetos turísticos que até possuem em seus objetivos orientação à participação comunitária, todavia, o entendimento de participação encontra-se, em muitos casos, distorcido, reduzindo-se apenas à presença de pessoas da comunidade em reuniões e apresentações de projetos para consulta. Embora seja de suma importância a presença comunitária em eventos desse tipo, comumente as decisões são pré-estabelecidas e essas “reuniões participativas” servem apenas para legitimar e protocolar essas ações. Logo, não existe participação efetiva da comunidade nas decisões. Sobre isso, Rabinovici e Irving (2015, p.162) afirmam que “raramente as populações locais são envolvidas na construção compartilhada de saberes ou para influenciar as decisões em todas as etapas de um projeto (concepção, planejamento, intervenção e avaliação) [...]”.

Nesse contexto, Krippendorf (2009, p.71), afirma que “[...] A voz da população local continua praticamente inaudível. Mesmo nas regiões fortemente desenvolvidas com tradição turística, é muito raro que a população local possa exprimir claramente a sua opinião [...]”. Tal fato revela-se preocupante, pois dessa forma pode-se culminar diversos conflitos de interesses.

No caso do turismo em unidades de conservação os possíveis problemas decorrentes da falta de participação comunitária podem ser ainda mais preocupantes, uma vez que a implementação e a gestão UCs por si só já geram inúmeros conflitos com a comunidade local. Sendo assim, ao adicionar-se o fluxo de turistas nesse ambiente, os conflitos geralmente tendem a aumentar. De acordo com Dias (2013, p.120), “O importante para ser assimilado é que os encontros pessoais entre turistas e residentes envolvem um contato humano direto, que pode ser positivo, negativo ou simplesmente superficial, indiferente para ambos os lados [...]”. Dessa forma, se o morador local não estiver satisfeito com o rumo que a atividade turística segue no seu destino, ele pode se sentir desconfortável para recepcionar o visitante, podendo assim surgir um conflito.

A participação comunitária envolve diferentes pontos de vista e interesses, haja vista dentro de uma mesma comunidade existirem grupos distintos. De acordo com Krippendorf (2009), existem quatro grupos de autóctones (termo usado para se referir aos moradores locais de um destino turístico). O primeiro grupo é composto por aquelas pessoas que têm contato direto com os turistas (trabalhadores do setor hoteleiro, guias de turismo etc.). Eles dependem do atividade turística e para eles o turismo é bem-vindo porque gera trabalho e traz retorno financeiro.

O segundo grupo é formado por proprietários de empresas turísticas ou indústria local, que não possuem contato direto com os visitantes. Estes veem o turismo somente pelo olhar comercial e econômico.

O terceiro grupo é composto pelos moradores que têm contato direto e frequente com os visitantes, mas que o turismo não representa papel principal em sua renda. Pode-se citar como exemplo as pessoas que moram próximas a atrativos que compõem roteiros turísticos.

O quarto e último grupo é formado por pessoas que não possuem contato com os visitantes. Elas não participam do desenvolvimento da atividade em suas localidades e, por isso, são indiferentes ao turismo.

Tendo em vista a dicotomia de interesses na própria comunidade, bem como no setor público e privado, e que “cada um desses grupos tem percepções diferentes e participa de maneiras diferentes da construção do espaço turístico, pois eles têm atitudes e condutas diferentes” (Xavier, 2007, p.66), torna-se fundamental analisar a percepção de cada um de acordo com seu papel desempenhado na comunidade e no turismo.

2.2 Turismo e desenvolvimento local

O termo “desenvolvimento” está ligado ao planejamento e a realizações futuras. Começou a ser usado principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial com o intuito de separar os países que possuem mais riquezas daqueles não possuem tanta. Desse modo, os primeiros eram considerados países desenvolvidos, enquanto os segundos eram considerados em desenvolvimento ou não desenvolvidos. Vale salientar que essa lógica perdura até os dias atuais.

Ao contrário do que pensa o senso comum, desenvolvimento não é apenas sinônimo de crescimento econômico, ou seja, geração de emprego e renda. Ele também engloba, entre outros fatores, a qualidade de vida, o bem-estar da sociedade e um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido Oliveira (2002, p.40) ressalta que:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Como pode-se observar a concepção de desenvolvimento está sempre muito atrelada a fatores econômicos e, de certa forma, isso pode ser justificado por meio da instituição de modelos de avaliação, de desenvolvimento ou não desenvolvimento, que consideram sumariamente aspectos financeiros. No turismo não é diferente. Krippendorf (2009, p.74) afirma que “outro argumento que, em geral, é apresentado como prioritário, é o efeito benéfico do turismo sobre o padrão dos empregos e salários. Considerando-se os múltiplos serviços ligados ao turismo, este seria, particularmente, um criador de empregos [...]”. Sendo assim, fica claro que o fator econômico está presente e exerce grande influência no discurso turístico. A justificativa do desenvolvimento da atividade turística constantemente está baseada nos pilares de geração de emprego e emprego, o que conseqüentemente tende a ocasionar melhorias na qualidade de vida das pessoas que conseguem se inserir nesse processo.

Haja vista a discussão acerca do conceito de desenvolvimento percebe-se que este é alvo

de muitas críticas e discussões no seio acadêmico. Alguns autores questionam os modelos existentes, e sugerem que sejam criados e implementados modelos de desenvolvimento alternativos, sendo o de desenvolvimento local um deles. Nesse contexto, Azevedo (2014, p.91) declara que no debate e na construção daquilo que se entende por desenvolvimento é relevante considerar também o crescimento econômico, porém é necessário enxergar além dele. Tendo em mente que ele deve estar entrelaçado às melhorias sociais e às liberdades, contemplando principalmente a qualidade de vida dos indivíduos e o seu bem-estar.

Buscando a promoção de melhorias no que diz respeito ao bem-estar de comunidades, surge como alternativa o desenvolvimento local que busca em primeiro lugar proporcionar benefícios para comunidade local, sendo esses de ordem econômica, social e também ambiental. Busca-se melhorar a qualidade de vida da população em termos de saúde e educação, bem como gerar emprego e renda no intuito de contribuir para redução de desigualdades sociais. Segundo Mariani (2012, p.148), “o desenvolvimento local (sobretudo aquele de caráter endógeno) é protagonizado em escala local, ou seja, pauta-se na organização dos indivíduos de uma dada localidade para, juntos, fomentarem as potencialidades a ela peculiares”.

Nesse contexto, o turismo se destaca como uma possível alternativa para se promover o desenvolvimento local. Sobre isso Xavier (2007, p.61) destaca que, comumente, em regiões consideradas carentes ou estagnadas pensa-se o turismo como meio para reparação de desníveis de desenvolvimento. Há também a expectativa do aumento da oferta de empregos e conseqüentemente, aumento de renda das pessoas, além de melhorias na qualidade de vida da população local. Porém, é frequente os casos onde o turismo se desenvolve de maneira desorganizada, sem planejamento.

Tendo em vista que o meio em que o turismo se desenvolve e as expectativas da comunidade local acerca do desenvolvimento da atividade, Mariani (2012, p.2) enfatiza que “[...] no desenvolvimento do turismo não basta ter o enfoque do governo e da iniciativa privada, mas tanto quanto, o olhar dos primeiros, é indispensável à visão da comunidade local face ao processo de planejamento e implantação”.

A atividade turística, se bem planejada, pode gerar benefícios para a comunidade local, seja por meio de: i) ampliação de infraestrutura básica (estradas, saneamento, postos de saúde etc.) ou ii) da inserção dos moradores locais no trade turístico, pela abertura de pequenos empreendimentos turísticos, como pousadas, chalés, *campings*, restaurantes, lanchonetes, passeios guiados, produção e venda de artesanato, entre outras.

Em contexto amplo, Hanai (2012) aborda que a concepção de desenvolvimento local acontece quando o elemento humano ocupa lugar central no processo e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios. Em contexto específico do turismo ele afirma que este se relaciona a perspectiva de desenvolvimento local quando objetiva propiciar melhorias nos espaços e para as pessoas que inseridas no ambiente onde as atividades turísticas são desenvolvidas.

Sobre essa relação do turismo como meio para o desenvolvimento local, vale destacar o estudo realizado pelos autores Cabral e Cyrillo (2008) no município de Balneário Camboriú (SC),

onde eles constataram que os benefícios econômicos não necessariamente precisam estar diretamente ligados a atividade turística, pois existe o efeito multiplicador da atividade. Em análise deste efeito, constata-se que grande parte das atividades econômicas do município têm em seus bastidores a influência do turismo.

2.3 Turismo em unidades de conservação: dados do Parque Estadual da Pedra da Boca

É nítida a importância dos recursos naturais para o turismo, uma vez que estes são utilizados como matéria-prima para o seu desenvolvimento. Para Cruz (2002, p.109), paisagem é “a primeira instância do contato do turista com o lugar visitado e por isso ela está no centro da atratividade dos lugares para o turismo”.

Com o rápido crescimento da atividade turística, tornou-se fundamental a preservação e conservação da natureza, seja ela biótica (natureza viva) ou abiótica (natureza não viva). Para que esta atividade não ocasione muitos impactos negativos ao meio ambiente, espera-se que seja realizada de forma planejada, buscando, dessa forma, minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos.

Nota-se que os movimentos relacionados à preservação da natureza se intensificaram principalmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mundialmente conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Nesse período, iniciaram-se as discussões sobre sustentabilidade e, segundo os autores França e Araújo (2010) a concepção de desenvolvimento surge levantando muitos debates e polêmicas fazendo com que o assunto ganhasse o centro das discussões ambientais. Os principais questionamentos permeavam o campo do humano, econômico e ambiental, tais como:

- i) Como alcançar o desenvolvimento sustentável em meio ao sistema capitalista?
- ii) Dá para pensar na satisfação das necessidades das gerações futuras enquanto milhões de seres humanos não satisfazem suas necessidades mais básicas?
- iii) Como satisfazer as necessidades humanas sem esgotar os recursos naturais?

Essa e outras questões foram responsáveis pelas proporções que o tema causou e causa na nossa sociedade. Dessa forma, em meio às questões de conservação ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, no Brasil, visando conservar e preservar os recursos naturais de grande relevância estabeleceu-se como estratégia para a conservação da natureza a criação de áreas naturais protegidas por todo mais, sendo essas mais conhecidas como Unidades de Conservação (UC's). As UC's são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9. 985, de 18 de julho de 2000. Segundo o SNUC (art. 2º) as unidades de conservação consistem em “espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos”.

A criação de UC's tem como finalidade conservar e proteger as áreas naturais de

relevante interesse natural, científico, beleza cênica, entre outros. Dada a busca de áreas naturais para fins de lazer, recreação, descanso, atividade de aventura, etc., aumenta-se o fluxo de pessoas nesses lugares, bem sua importância e visibilidade na sociedade contemporânea, e assim emerge a tendência do turismo nessas áreas naturais. Sobre essa relação turismo e UC's vale ressaltar que apesar do objetivo central dessas áreas não o desenvolvimento do turismo, ele encontra-se presente em alguns objetivos do SNUC, destacando-se os seguintes: estimular o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; e favorecer condições à promoção de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

Com relação à comunidade local que residem nas áreas onde de instituem as UC's, enfatiza-se que um dos objetivos do SNUC é proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (SNUC, Lei nº 9.985, Art.4.). No que diz respeito ao envolvimento das comunidades locais nos processos de criação e gestão das UC's, nota-se que as diretrizes do SNUC buscam assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional; e garantir às populações tradicionais, cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos. (SNUC, Lei nº 9.985, Art.5).

Tendo em vista a diversidade de recursos naturais existentes no Brasil e a heterogeneidade das regiões, povos e culturas que compõem o país, a forma como as UC's são pensadas e distribuídas no território segue alguns padrões que tentam, na medida do possível, se adequar a realidade e necessidade local. Dessa forma, As UC's são divididas em dois grupos, proteção integral e uso sustentável. O primeiro grupo é composto pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Constituem o segundo grupo as categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Atualmente, o estado da Paraíba possui oito unidades de conservação estaduais, sendo quatro parques, duas reservas ecológicas, um monumento natural e um jardim botânico. Em seguida tem-se o quadro 1, que apresenta as unidades de conservação estaduais da Paraíba.

Quadro 1: Unidades estaduais de conservação no estado da Paraíba.

Nome	Município	Bioma	Responsabilidade
Vale dos Dinossauros	Souza	Caatinga	Estadual
Parque Estadual da Mata do Pau Ferro	Areia	Mata Atlântica	Estadual
Parque Estadual Pico do Jabre	Maturéia e Mãe D'água	Mata Atlântica	Estadual
Parque Estadual Pedra da Boca	Araruna	Caatinga	Estadual
ÁRIE- Área de relevante Interesse Ecológico Mata Goiamunduba	Bananeira	Mata Atlântica	Estadual
APA – Área de Proteção Ambiental das Onças	São João do Tigre	Caatinga	Estadual
APA – Área de Proteção Ambiental do Cariri	Cabaceiras/Boa Vista/São João do Cariri	Caatinga	Estadual
Parque Estadual do Poeta e Repentista Juvenal de Oliveira	Campina Grande	Floresta Semi-decidual	Estadual

Fonte: Sudema, 2017.

O presente trabalho delimita-se no estudo do Parque Estadual Pedra da Boca (PEPB), localizado no norte da cidade de Araruna, no estado da Paraíba. O município situa-se na zona fisiográfica de caatinga, no Planalto da Borborema, na Mesorregião Geográfica do Agreste Paraibano. Está inserido na Microrregião do Curimataú Oriental, entre os paralelos de 6° e 7° de latitude Sul e entre os meridianos de 35° e 36° de longitude Oeste. Segundo estimativas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) no ano de 2016, sua população estimada é de 20.237 mil habitantes e sua área territorial é 241,302 km². (Cavalcante, 2007).

O Parque Estadual Pedra da Boca tem como limites territoriais, ao Norte, o município de Passa e Fica, no Estado do Rio Grande do Norte; ao Sul, Sítio Água Fria (Araruna/PB); ao Leste, Rio Calabouço; e, ao Oeste, Serra da Confusão (Araruna/PB). O PEPB está a 170 km de distância de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, a 22 km de Araruna/PB, a 6 km de Passa e Fica/RN, a 110 km de Campina Grande/PB e a 120 km de Natal/RN. (Cavalcante, 2007).

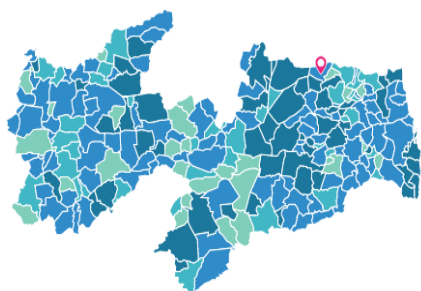


Figura 1: Localização do município.
Fonte: IBGE, 2017.

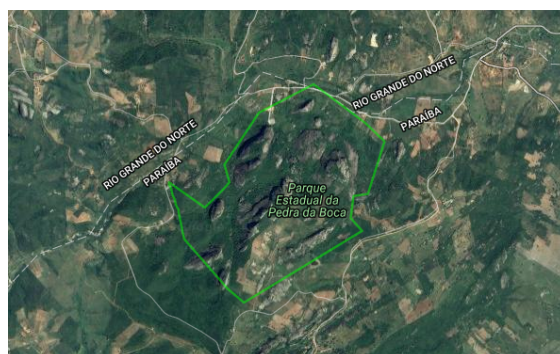


Figura 2: Localização do município
Fonte: Observatório de Ucs, 2017.

A denominação do parque se dá devido a sua formação rochosa de 336 metros de altura que possui uma cavidade, provocada pelos agentes endógenos e exógenos, que parece uma boca aberta. Próximo à Pedra da Boca, há outras feições geológicas como a Pedra da Caveira, que tem essa denominação porque se parece com um crânio humano. Abaixo, seguem duas figuras da Pedra da Boca.

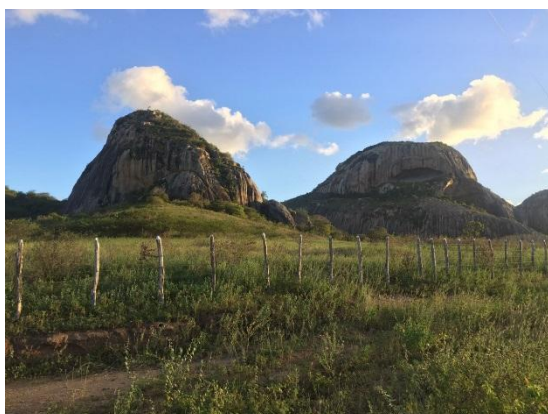


Figura 3 e 4: Parque Estadual da Pedra da Boca- PB.
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente, o objetivo do PEPB é a “preservação dos ecossistemas naturais; resguardar atributos excepcionais da natureza conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com objetivos educacionais, recreativos e científicos”. Por ser um parque com natureza exuberante e peculiar, rico em biodiversidade e geodiversidade, o PEPB é um atrativo natural que abrange diversos segmentos da atividade turística, como ecoturismo, turismo de aventura, turismo religioso, turismo científico e escolar e espeleoturismo (turismo em cavernas). Abaixo, segue a figura número 5, que mostra o mapa do

potencial turístico do estado da Paraíba.

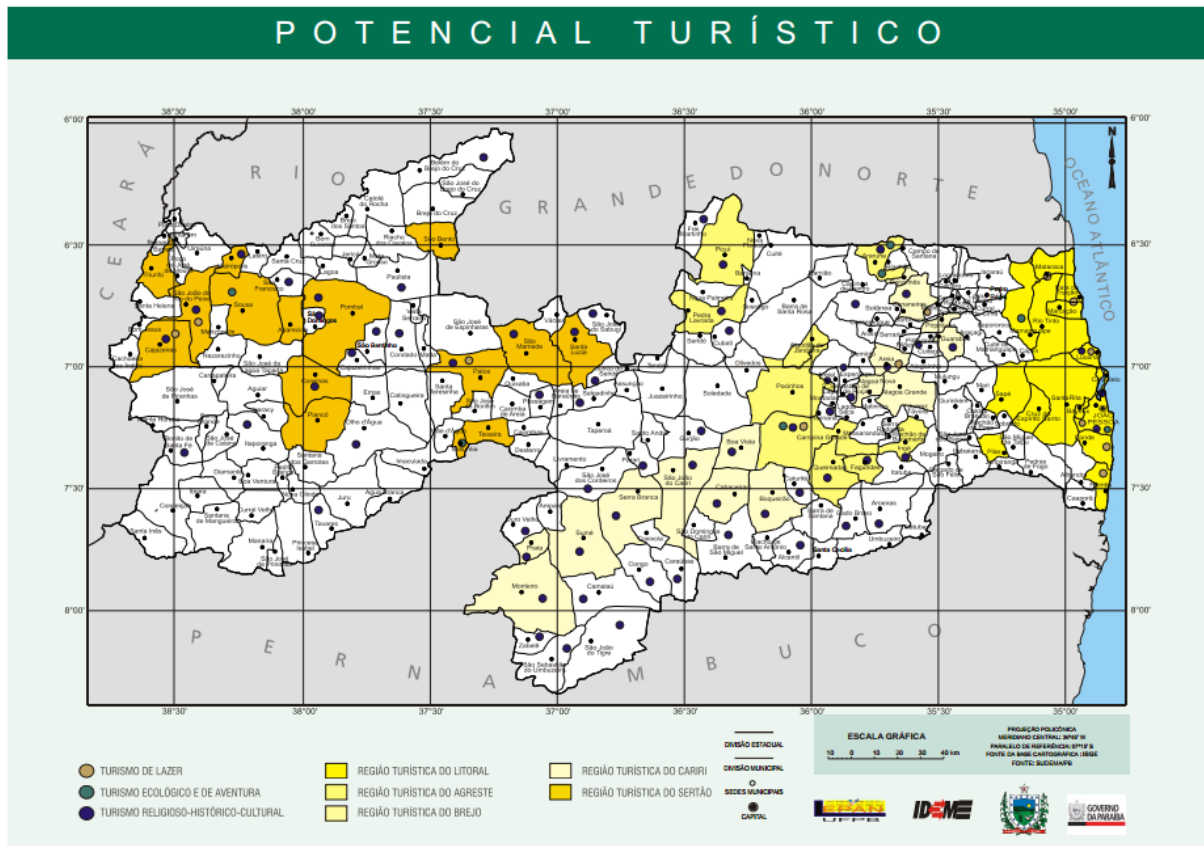


Figura 5: Mapa de potencial turístico da Paraíba

Fonte: IDEME-PB, 2016.

De acordo com dados do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME), observa-se no mapa acima que o município de Araruna é classificado como uma Região Turística do Sertão, com potencial para o turismo ecológico e de aventura, bem como para o turismo religioso/histórico/cultural.

Apesar de o parque estar localizado na cidade Araruna/PB, é a cidade de Passa e Fica-RN que representa o seu portão de entrada, contendo todos os serviços e infraestrutura de apoio ao visitante. Isso se dá devido a sua próxima localização, aproximadamente 6 km, dos principais atrativos do parque, que são a Pedra da Boca, Pedra da Caveira e o Santuário de Nossa Senhora de Fátima. Dessa forma, os impactos advindos do fluxo de pessoas que visitam o parque afetam diretamente a dinâmica social e econômica da cidade de Passa e Fica-RN. Por esses motivos, optou-se por realizar o estudo da referente UC atribuindo um enfoque especial à cidade de Passa e Fica-RN.

3. METODOLOGIA

O presente estudo possui abordagem qualitativa. Inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica e eletrônica em revistas indexadas, onde buscou-se por livros e artigos científicos com a temática turismo e unidades de conservação, participação comunitária no turismo e desenvolvimento local. Segundo Chizzotti (2008, p.28), a abordagem qualitativa “implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”.

Além disso, realizou-se pesquisa em campo por meio de entrevistas. Na pesquisa de campo, realizou-se entrevistas com empreendedores locais do setor turístico e pessoas da comunidade que não possuem contato direto com o turismo. A aplicação das entrevistas ocorreu no mês de junho do ano de 2017, utilizando-se de um instrumento de coleta de dados com perguntas abertas. Para a análise dos dados coletados, utilizou-se a técnica de análise conteúdo de Bardin (2011).

O universo de pesquisa foram os moradores do entorno do Parque Estadual da Pedra da Boca, localizados na cidade de Passa e Fica-RN e Araruna-PB, com ênfase nos empreendedores do setor turístico, tais como donos de restaurante, pousada, artesãos e condutores locais. Contudo, entrevistou-se algumas pessoas que residem nas proximidades do parque que não possuem relação direta com a atividade turística desenvolvida na região.

A amostragem do universo desta pesquisa foi intencional, e não probabilística. A pesquisa possui caráter exploratório, que “[...] Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análises de exemplos similares descritivos”; e descritivo, que “[...] em geral procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis”. (Dencker, 1998, p.124).

Devido ao foco deste trabalho ser analisar como a comunidade participa do desenvolvimento do turismo na localidade, optou-se por escolher os principais empreendedores locais vinculados ao segmento turístico, bem como pessoas que não estão envolvidas diretamente com a atividade. Vale ressaltar que o critério de escolha dos moradores locais foi a proximidade de suas residências com o parque. O intuito da entrevista com esses dois grupos de moradores locais é analisar o papel de cada uma no desenvolvimento do turismo e também sua percepção acerca da atividade. Abaixo, segue o quadro 2, no qual consta a relação dos entrevistados na pesquisa campo.

Quadro 2: Dados dos entrevistados

Empreendimento/ morador Local	Função	Nomenclatura	Relação direta com o turismo	Escolaridade
Pousada e restaurante 1	Proprietário	E1	SIM	Ensino Superior Incompleto
Pousada 2	Recepcionista	E2	SIM	Ensino Médio Completo
Pousada 3	Proprietário	E3	SIM	Ensino médio completo
Pousada e restaurante 4	Proprietário	E4	SIM	Ensino Superior Incompleto
Casa de artesanato	Artesã	E5	SIM	Ensino Médio Completo
Museu	Proprietário	E6	SIM	Ensino Médio Completo
Condutor local 1	Condutor	E7	SIM	Ensino Fundamental
Condutor local 2	Condutor	E8	SIM	Pós-graduação
Morador local 1	Morador local	E9	NÃO	Ensino Médio
Morador local 2	Morador local	E10	NÃO	Ensino Fundamental

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Na intenção de que a identidade dos entrevistados não seja evidenciada neste trabalho, adotou-se a nomenclatura E1 (entrevistado um), e assim sucessivamente, para citar informações e falas específicas dos entrevistados.

A análise dos dados obtidos foi feita com base na técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011, p. 48) consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

No tópico seguinte será apresentada a análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Visitação turística no Parque Estadual da Pedra da Boca- PB

De forma semelhante a outros destinos que desenvolvem o turismo em meio natural, as atividades desenvolvidas no Parque Estadual da Pedra da Boca são atividades consideradas de aventura como, trilhas, rapel, escalada, balanço, caminhadas e passeios de bicicleta. Além dessas, ainda se realiza visitação à Pedra da Santa e pode-se assistir a apresentações culturais de grupos de dança da própria comunidade.

Segundo Cavalcante (2007) a região onde se localiza o Parque Estadual da Pedra da Boca possui muitas pedras altas e, em especial as do PEPB, atraem turistas. Os visitantes são oriundos do próprio estado da Paraíba, mas também de outros estados e, inclusive de outros países como Portugal e Holanda que, além de atraídos pelas belezas naturais, possuem como principal motivação a busca pelo lazer, participar de roteiros diferenciados e atividades de aventura como rapel, escalada e trilhas.

O principal público que visita o parque é originário da região circunvizinha, municípios limítrofes, bem como da capital norte-rio-grandense, Natal, e também da capital paraibana, João Pessoa. Durante a pesquisa in loco, alguns entrevistados relataram que o maior fluxo de turistas ocorre nos finais de semana e feriados, sendo que algumas pessoas realizam pernoite e outras realizam apenas o bate-e-volta.

O fluxo de visitantes se concentra principalmente no parque e em seu entorno. Porém, a maioria dos serviços, como de hospedagens, alimentação, atendimento médico, compras básicas e artesanato, são consumidos na cidade de Passa e Fica-RN pelo fato de o centro da cidade estar localizado a 6 km do parque.

Apesar de receber um significativo fluxo de visitantes, observou-se que o parque não dispõe de infraestrutura adequada para receber o visitante. No dia em que foi realizada a pesquisa de campo, constatou-se que não havia nenhum funcionário no portal-guarita que pudesse oferecer alguma informação às pessoas que ali chegassem. Além disso, como em outras UC's, a fiscalização é precária. Segundo o entrevistado E8, no parque existem apenas dois vigilantes, que trabalham em dias alternados. Mesmo assim, devido o Parque não ter no momento um gestor, a carga horária efetiva de trabalho desses dois profissionais não é fiscalizada. Tudo isso faz com que a visitação na UC seja de certa forma impactada, tanto pela falta de informação sobre a unidade, como pela falta de fiscalização.

Tal realidade já havia sido constatada em um estudo do autor Cavalcante (2007, p.73), no qual ele destaca que “outro ponto importante detectado [...] foi o uso parcial de placas de sinalização exigidas por lei, número insuficiente de fiscais e vigias, ausência de materiais educativos [...]”. Constatou-se que, dez anos após a realização do estudo do autor mencionado anteriormente, o problema com sinalização ainda persiste. Verificou-se também que não existem placas de sinalização no próprio parque e na cidade de Passa e Fica-RN, tampouco no entorno já localizado na cidade de Araruna-PB. Da mesma forma que não existem placas de sinalização básica, também não existem placas interpretativas da UC.

5.2 Percepção da comunidade local acerca do turismo

No turismo, por ser considerado um fenômeno social, é nítida a relação existente entre o meio ambiente e a comunidade local. No presente trabalho, é dado destaque as atividades que estão intimamente ligadas à atividade turística e como a comunidade local percebe os benefícios e impactos do turismo em sua localidade.

Durante a pesquisa, verificou-se que três entrevistados afirmaram que há mudanças na rotina da população local devido à atividade turística. Essa percepção é observada por eles através da clareza e compreensão de que há aumento do fluxo de visitantes, o qual é considerado como uma forma de “divertimento para a região” (fala do entrevistado E), e também projetos de turismo nas escolas a fim de sensibilizar os jovens sobre o turismo.

Além disso, percebeu-se que a comunidade local é acessível para auxiliar os visitantes, que há a participação da cidade em eventos relacionados ao turismo, e que houve abertura de novos empreendimentos que atuam direta e indiretamente no apoio ao turismo. Dessa forma, as cidades circunvizinhas tendem a ser beneficiadas pelo aumento do fluxo de visitantes na região. Sendo assim, é notória a percepção da comunidade local quanto aos benefícios advindos da atividade turística no PEPB que impactam os diversos setores – social, cultural, econômico, ambiental – na cidade de Passa e Fica-RN.

Tomou-se nota de que três moradores locais assinalam não haver mudanças na rotina da cidade, pois os visitantes estão de “passagem” e, como visto no tópico anterior, muitos destes realizam “bate-e-volta” e não usufruem tanto dos serviços e produtos que a cidade oferece. Cerca de quatro entrevistados afirmaram que há pouca mudança de rotina. Estas mudanças ocorrem principalmente durante os finais de semanas e feriados, quando se vê que o comércio fica mais aquecido, com maior movimentação em bares, restaurantes, hotéis e pousadas, apresentações culturais, vida noturna mais agitada na cidade, realização de eventos e, em alguns casos, abertura de empreendimentos. Essa mudança na dinâmica da cidade é atrelada aos efeitos modificadores do espaço em que o turismo provoca no meio onde se desenvolve. Assim, com base nas declarações feitas pela população local é possível observar na realidade da localidade a constituição, ainda incipiente, de um espaço turístico, que segundo Xavier (2007) é constituído, dentre outras coisas, por meios de hospedagem, serviço de alimentação, entretenimento e diversões, agenciamento e transportes. Além do deslocamento das pessoas e as mudanças na conduta das comunidades para receber o visitante.

Verificou-se que a percepção da comunidade local varia de acordo com a influência que a atividade turística exerce em sua vida. Sendo assim, a comunidade que atua diretamente com o turismo percebia mais aspectos positivos que negativos, enquanto a comunidade local que não dependia direta ou indiretamente da atividade turística não via benefícios ou malefícios advindos da mesma, ou seja, são indiferentes ao turismo. Dessa forma, fazendo-se uma relação com os grupos de autóctones citados por Krippendorf, percebe-se que os primeiros entrevistados se enquadram no primeiro grupo, que consiste naquelas pessoas que atuam diretamente com o turismo e que percebem os benefícios econômicos da atividade porque lucra com ela, e os segundos também se enquadram no quarto grupo, ou seja, aquela parcela da comunidade que

não possui contato com os turistas, não participa do turismo em sua localidade e por isso se tornam indiferentes.

No que tange aos pontos positivos advindos da atividade turística, o entrevistado E8 fala que o turismo traz “Cursos de capacitação, como cursos de primeiros socorros, palestras do Sebrae, proporciona a participação em eventos, melhoramento das trilhas, atualmente encontra-se pouco lixo nas trilhas, entre outros. Para comunidade local é dado apoio e incentivo para que possam empreender no turismo”. Para o entrevistado E5, “o turismo proporciona desenvolvimento econômico para cidade, através de geração de emprego e renda”. Segundo o entrevistado E10, que não possui contato direto com a atividade turística, “os benefícios do turismo são apenas para os turistas”, pois em sua concepção não há mudanças em sua realidade provocadas pelo turismo.

Nesse contexto, vale ressaltar, de acordo com Xavier (2017, p.92), que afirma que “[...] a percepção dessas pessoas é influenciada por inúmeros fatores, como a possibilidade de trabalho, a renda, o conforto e a perda de privacidade, além do fato de verem seus bens de uso se transformando em verdadeiras mercadorias à disposição dos viajantes”, percebe-se que tal concepção se legitima na realidade investigada.

Quanto aos aspectos negativos, dos dez entrevistados apenas três citaram alguns aspectos negativos do turismo. O entrevistado E8 destaca: “falta de informação, sinalização (placas), capacitação para empreendedores/comerciante que atuam diretamente no setor do turismo, e também para comunidade de maneira geral, para que assim se possa sensibilizar a comunidade sobre o turismo”. Ressaltou também a pouca divulgação das atividades realizadas na região, principalmente por meio das redes sociais. Em relação aos impactos ambientais, o entrevistado E8 afirmou que “ainda se depara com a realidade de encontrar caçadores nas trilhas, dessa forma, seria interessante realizar ações de educação e sensibilização ambiental junto à comunidade”.

O entrevistado E7 destacou um ponto interessante. Na opinião dele, um dos pontos negativos é o consumo de bebidas alcoólicas por parte de alguns visitantes, que algumas vezes insistem em realizar as atividades depois desse tipo de consumo. Ele relata que isso não é aconselhável devido à periculosidade das trilhas e aos possíveis riscos que isto pode ocasionar ao próprio visitante. Já o entrevistado E5 falou brevemente a respeito do consumo de drogas que vem sendo percebido na cidade, mas não quis se alongar nesse assunto, pois temeu que esse tipo de informação pudesse gerar uma imagem negativa da cidade.

Apesar de alguns entrevistados terem noção de alguns malefícios que a atividade turística, se não planejada e gerida adequadamente, pode ocasionar em determinada localidade, verificou-se que a maior parte dos entrevistados (sete) afirmaram que o turismo não gera impactos negativos. Tal fato pode está relacionado ao discurso mundialmente difundido de que o turismo é gerador de emprego e renda e promovedor de desenvolvimento econômico, como foi citado pelo autor Krippendorf no tópico Turismo e desenvolvimento local deste trabalho.

De maneira geral, os pontos positivos advindos do turismo elencados pelos entrevistados são os seguintes: interação com pessoas e culturas diferentes, sensibilização ambiental,

construção de estradas, animação na cidade devido à presença dos visitantes, apoio e incentivo ao empreendedorismo local, geração de emprego e renda e desenvolvimento econômico.

5.3 Relação do Parque Estadual da Pedra da Boca-PB com o desenvolvimento local do município

Como apresentado no referencial teórico deste artigo, é sabido que o turismo na maioria das vezes é divulgado e promovido como indutor do desenvolvimento em uma determinada região. De fato, se bem planejada, organizada e gerida, a atividade turística pode contribuir significativamente para um destino, promovendo desenvolvimento econômico e social. Todavia, não é essa a realidade de muitas localidades, nas quais o que se observa é um notável desenvolvimento econômico (que muitas vezes não fica nas mãos do pequeno empresariado local), porém desenvolvimento local (aquele preza pelo incremento econômico e também por melhorias sociais), em sua correta definição ainda é pouco alcançado.

Durante a pesquisa de campo, quando questionados se o turismo tem contribuído para o desenvolvimento local da cidade de Passa e Fica-RN, de forma unânime, os entrevistados afirmaram que “sim”. Essa relação é percebida por meio da possibilidade de interação com culturas diferentes (que na opinião deles é algo enriquecedor) por meio da valorização da cultura e do artesanato local (no último caso foi dado destaque ao frivolitê¹).

Evidenciando o que foi afirmado pelos autores Cabral e Cyrillo (2008), o efeito multiplicador promovido pela atividade turística também foi destacado na fala dos entrevistados. Segundo eles, aquele que visita o parque na maioria das vezes acaba consumindo outros serviços na cidade como, por exemplo, alimentação em bares, lanchonetes, restaurante e até supermercados, compra de algum medicamento em farmácias, abastecimento de combustível, compra de artesanato, entre outros. Além disso, entende-se como desenvolvimento o apoio e incentivo que é dado ao empreendedorismo local, que se comprova por meio da abertura de novos empreendimentos na cidade.

Para que o desenvolvimento se consolide, um dos entrevistados destacou a importância de haver parcerias, principalmente entre o empresariado local que faz parte do trade turístico. O entrevistado E4 afirma que “*turismo não é concorrência, turismo é parceria*”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que o turismo está intrinsecamente relacionado a benefícios econômicos, de forma que mundialmente é divulgado e promovido através desta ótica. No entanto, o complexo fenômeno turístico engloba outros fatores também muito relevantes, como o social, cultural e ambiental. Dessa forma, torna-se necessário um planejamento que busque, por meio do desenvolvimento turístico, equilibrar esses quatro pilares.

¹Frivolitê* é uma renda de algodão tecida com uma ou duas navetas ('lançadeiras') e um gancho de aço.

Neste estudo, em que tem-se o objetivo de analisar como a comunidade local da cidade Passa e Fica-RN participa no desenvolvimento do turismo no entorno do Parque Estadual da Pedra da Boca- PB, verificou-se que uma pequena parcela da população local atua diretamente na atividade turística. Tal participação se dá por meio de atividades comerciais, como serviço de hospedagem, alimentação, venda de artesanato e guiamento de passeios no referido parque.

Sobre a percepção da comunidade local acerca do turismo (benefícios e malefícios), constatou-se que apesar de terem sido levantados alguns apontamentos acerca dos malefícios que o turismo pode ocasionar na localidade, sumariamente, os entrevistados tendem a perceber apenas os pontos positivos, destacando principalmente o desenvolvimento econômico. Em resumo, os entrevistados percebem a relação do parque com o desenvolvimento do município também pelo viés do turismo como gerador de benefícios econômicos. Dessa forma, fica claro que a comunidade não possui conhecimento de como a atividade turística pode causar impactos no meio social e ambiental.

O presente trabalho possui algumas limitações. Não foi possível realizar entrevistas com dois estabelecimentos de restauração da cidade, bem como não foi possível realizar entrevista com maior número de moradores locais que não possuem contato direto com o turismo, pois na ocasião da pesquisa de campo se encontrou a maioria das casas fechadas. Dessa maneira, sugere-se para futuras pesquisas que a temática seja mais aprofundada e que se busque compreender também a visão do poder público municipal e dos visitantes que frequentam a localidade.

6. REFERÊNCIAS

- Azevedo, F, F., (2015). *Desenvolvimento regional e potencial turístico no Seridó Potiguar*. Natal: EDUFRN, 2015. 194 p.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barretto, M. (2005). *Planejamento responsável do turismo*. Campinas, SP: Papirus.
- BRASIL. (2017). *Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – UCE*. Unidades de Conservação do Estado da Paraíba. Recuperado em 02 de maio de 2017. <http://paraiba.pb.gov.br/meio-ambiente-dos-recursos-hidricos-e-da-ciencia-e-tecnologia/uce/>
- BRASIL. (2017) *Sistema Nacional de Unidade de Conservação- SNUC. SNUC Lei nº 9. 985, de 18 de julho de 2000*. Recuperado em 02 de junho 2017 <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>
- Cabral, C, E., & cyrillo, M, W. (2008). O envolvimento e participação da comunidade autóctone no planejamento turístico de Balneário Camboriú (SC): análise da responsabilidade social do primeiro setor: estado. In: *V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL (SEMINTUR)*. Caxias do Sul.
- Cavalcante, M. B. (2007). Parque Estadual da Pedra da Boca: Um olhar sobre o planejamento do ecoturismo em unidades de conservação na Paraíba. *Okara: Geografia em debate*. João Pessoa- PB, v. 1, n. 2, p.62-78.

- Chizzotti, A. (2008). *Pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Cruz, R, C. (2002). As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: Yazigi, E. (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto.
- Dencker, A, F, M. (1998). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura.
- Dias, R. (2013). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Atlas.
- França, J. P., Araújo, I. J. (2010). Desenvolvimento sustentável, redefinição do poder local e turismo como alternativa de desenvolvimento local. *Holos*. Ano 26, v. 2
- Figueiredo, S, L., & Nóbrega, W, R, de M. (2015). Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas de um caso brasileiro. In: Figueiredo, S, L., Azevedo, F, F., & Nóbrega, W, R, de M. (Orgs.). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: Naea.
- Hanai, F, Y. (2012). Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté*. Vol. 8, Nº. 1, pp.198-231. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr>>. Acesso em: 31 maio 2017.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2017) Recuperado em 29 de maio de 2017 de <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250100&search=paraiba|araruna>.
- Irving, M, A. (2015). Turismo, áreas protegidas e inclusão social. In: Irving, M, A., et al (Orgs.). *Turismo, áreas protegidas e inclusão social*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Krippendorf, J. (2009). *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- Lima, A. G. A., Maques Júnior, S. (2007). Avaliação sócio-ambiental em comunidades receptoras: uma contribuição ao estudo dos impactos da atividade turística na visão dos moradores da vila de Ponta Negra, Natal/RN. *Holos*. Ano 23, v. 3.
- Mariani, M, A, P. (2012). Economia solidária, turismo e desenvolvimento local: possibilidades de mediações no município de Mirando, no Mato Grosso do Sul. In: Portuguese, A, P., Seabra, G. & Queiroz, O, T, M, M. (Orgs.). *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local*. João Pessoa- PB: Editora Universitária da UFPB. pp. 145-154.
- Oliveira, G, B. (2012) Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da Fae*, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48.
- Rabinovici, A., & Irving, M, A. (2015). Participação social e turismo: uma perspectiva crítica sobre os projetos desenvolvidos por ONGs em áreas protegidas. In: Irving, M, A., et al (Orgs.). *Turismo, áreas protegidas e inclusão social*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Uriely, N. (2005). The tourist experience: conceptual developments. *Annals of Tourism Research*. Vol. 32, Nº. 1. pp. 199-216.
- Xavier, H. (2007). *A percepção geográfica o turismo*. São Paulo: Aleph.